



Editorial

Editorial

Para que estudar português? Essa pergunta tem mobilizado reflexões por parte de especialistas na área da linguagem, tendo como elemento desencadeador as insatisfações externalizadas pelos aprendizes do Ensino Fundamental e médio, principalmente. Nesse quadro de insatisfações nos deparamos com uma situação que revela o distanciamento entre o discurso teórico (presente em documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais) e as práticas de ensino, especificamente na disciplina de português. Isso porque, na atualidade, constatamos reflexões provenientes de investigações no campo da Linguística, Educação e Psicologia, que ressaltam a natureza sociointeracionista dos processos de aprendizagem e ensino da linguagem; a condição do aluno e do professor como sujeitos de discurso; o texto como unidade básica de ensino, a necessária articulação entre as práticas da oralidade, leitura, escrita e gramática, mediante a abordagem de diferentes gêneros textuais com fins e usos contextualizados, dentre outros aspectos. Não obstante, os avanços teóricos não se evidenciam no campo das práticas, havendo o predomínio da concepção estruturalista de língua, em que o ensino das regras gramaticais ganha primazia em detrimento das demais atividades de linguagem. Ensino pautado na memorização e na decodificação de textos de uso estritamente escolar, para fins de avaliação e classificação do desempenho do aprendiz pelo docente, por meio da atribuição de notas ou conceitos. A repetição dessa dinâmica, ano a ano, é motivo de insatisfação e rejeição do aprendiz pela disciplina de português, expressas inclusive em exames oficiais desenvolvidos pelo Ministério da Educação, que apresentam o desempenho insatisfatório dos nossos aprendizes nas práticas de linguagem, em especial nas atividades de leitura e produção textual escrita. Portanto, a indagação e a insatisfação dos alunos se tornam legítimas. Acolhê-las é uma necessidade, no sentido de conscientizá-los sobre a condição de seres de linguagem que são. Mobilizá-los a entender que a linguagem é constitutiva do pensamento e elemento primordial de interação social. Aprender a utilizá-la de modo competente nas práticas de leitura e escrita, materializadas em diferentes gêneros textuais, é uma condição essencial para a vida em sociedade. Importa, sobretudo, conscientizá-los de que a aprendizagem do português é fundamental em suas vidas, não somente na condição de aprendizes, mas de cidadãos.



Esse processo de conscientização pressupõe, por outro lado, mudanças no modo de planejar e desenvolver o ensino de português. Tais mudanças não são, apenas, de ordem procedimental, mas conceitual e atitudinal. Implicam, assim, processos de formação inicial e continuada que abordem essa triangulação entre conceitos, procedimentos e atitudes, tanto na perspectiva do sujeito aprendiz, quanto na do docente, no sentido da convergência de saberes e práticas entre o português da vida cotidiana e o português da escola, em direção aos movimentos de *continuidade-ruptura*. A escola precisa assumir essa direção que envolve a assunção de princípios pedagógicos, políticos, culturais e éticos com vistas ao processo de democratização das práticas de uso da linguagem, importantes de ser estudadas e ensinadas porque são necessárias à vida em comunidade.

Alessandra Cardozo de Freitas
Conselho Editorial da Revista Educação em Questão